

O PAPEL DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP) NO CAMPO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

The Role of Brazilian Technical Cooperation with Portuguese-Speaking African Countries (Palop) in the Field of Food Security

Jeane Silva de Freitas¹

Maria Gabriela Mendonça Mazzearella²

Estevão Luiz Lacerda Vidal Albuquerque Melo³

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco, Recife, Brasil. **E-mail:** jeane.freitas@ufpe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-6797-5932>

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco, Recife, Brasil. **E-mail:** gabriela.mendonca@ufpe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2877-0018>

³ Graduado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco, Recife, Brasil. **E-mail:** estevao.melo@ufpe.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0068-6279>

RESUMO

A cooperação técnica brasileira com os Países Africanos de Língua Portuguesa, os PALOP, é considerada uma interação cooperativa para promover projetos de segurança alimentar como instrumento de política externa bem-sucedida. Mesmo com as singularidades dos países africanos, as políticas de segurança alimentar brasileira se tornaram atrativas a esses países, seja por similaridades históricas, sociais ou econômicas. Assim, o escopo temporal desta pesquisa compreende os dois mandatos do governo Lula da Silva, entre 2003-2010, e se estende até o segundo mandato do governo Dilma Rousseff, entre 2011-2016. Para tanto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os fatores que influenciaram os tomadores de decisão brasileiros a estabelecer cooperação técnica, com maior incidência para os PALOP, na área de segurança alimentar.

Palavras-chave: Cooperação técnica brasileira. PALOP. Segurança alimentar.

ABSTRACT

Brazilian technical cooperation with Portuguese-speaking African Countries, the PALOP, is considered a cooperative interaction to promote food security projects as an instrument of successful foreign policy. Even with the singularities of African countries, Brazilian food security policies have become attractive to these countries, whether due to historical, social or economic similarities. Thus, the temporal scope of this research comprises the two terms of the Lula da Silva government, between 2003-2010, and extends to the second term of the Dilma Rousseff government, between 2011-2016. Therefore, the objective of this research is to analyze the factors that influenced Brazilian decision makers to establish technical cooperation, with greater incidence for the PALOP, in the area of food security.

Keywords: Brazilian technical cooperation. PALOP. Food safety.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar está aumentando mundialmente, indo na contramão dos objetivos firmados por cerca de 170 países que se comprometeram em reduzir os números até 2030. De acordo com o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, elaborado por agências da ONU em 2022, estima-se que 828 milhões de pessoas foram afetadas pela fome em 2021.⁴

A preocupação com a questão alimentar mobiliza a cooperação técnica internacional de diversos países. Isso acontece por parte daqueles que têm a capacidade de compartilhar o seu

⁴ Este *paper* é uma pequena versão da tese de doutoramento da pesquisadora Jeane Silva de Freitas, apresentada em 2020.

conhecimento e tecnologia, como daqueles que têm números significativos de insegurança alimentar.

A América Latina e a África foram regiões que propiciaram a transferência de expertise brasileira, por meio de projetos de Cooperação Técnica Internacional (CTI). Um fator importante nesse tipo de cooperação são as similaridades dos parceiros. Isso porque tornaria a cooperação mais simples ou potencialmente mais eficaz no processo de adaptação às tecnologias e às políticas desenvolvidas nessas determinadas regiões, como se pôde observar em parte do continente africano em relação às características sociais e climáticas brasileiras.

Uma das cooperações que existe desde os anos 2000 e ganha destaque é a que ocorre entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Portuguesa, os PALOP⁵. Estes são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Estes países estabeleceram acordos com Brasil a fim de receber capacitação que permitam melhorar as condições de segurança alimentar (Brasil, 2022).

Dentro desse escopo, ressalta-se que a política externa brasileira para os PALOP se pautou, de 1974 a 2015, em uma relação cooperativa estimulada pelas demandas, mas também complementada pelas questões políticas e/ou técnicas, a depender do período analisado. Mesmo com vieses diferentes, a ação externa do Brasil para os PALOP buscou configurar uma zona de influência na região em vários períodos: entre 1974 a 1990, a cooperação Brasil-PALOP apresentou um viés político, com ênfase na horizontalidade; entre 1990 a 2002, a cooperação brasileira se desenvolveu na região em termos puramente técnicos; entre 2002 a 2015, a cooperação retornou ao viés político e se aprofundou no campo da cooperação Sul-Sul (Rizzi, 2016).

Entre 2005 a 2010, os PALOP estiveram na liderança do volume de cooperação Sul-Sul brasileira para a África, destacando-se: Moçambique com 15,7%; Guiné-Bissau com 14,4%; Cabo Verde com 9,7%; São Tomé e Príncipe com 6,9%; e Angola com 4,7% (Ayllón, 2012). No campo da segurança alimentar, entre 2003 a 2015, foram estabelecidos setenta e nove acordos de cooperação técnica com vinte e nove países africanos. Desses acordos, trinta e um foram firmados com os cinco Estados dos PALOP (Brasil, 2018).

Esse quadro inicial das relações cooperativas do Brasil com os PALOP exemplificam a importância da interação brasileira com esses países lusófonos, sobretudo, no campo das similaridades econômicas e socioculturais, o que mais tarde reforçaria as características da cooperação técnica entre esses atores. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os fatores que influenciaram os tomadores de decisão brasileiros a estabelecer cooperação técnica, com maior incidência para os PALOP, na área de segurança alimentar. Para atingir tais objetivos, a

⁵ Os países que fazem parte dos PALOP são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Vale ressaltar que, desde 2015 a Guiné Equatorial passou a integrar oficialmente os PALOP, no entanto, devido a inexistência de cooperação técnica brasileira com esse país, no campo da segurança alimentar no período estudado, o referido Estado não será considerado nesta análise como parte do conjunto de países aqui referido como PALOP.

metodologia adotada combina o método da mais semelhança - *Most Similar Systems Design* (MSSD), com técnicas de pesquisa qualitativa, para melhor explicar o fenômeno estudado.

Diante das explicações ponderadas pelos pesquisadores da área, o presente estudo buscou aplicar o desenho de pesquisa pautado no modelo MSSD, considerando-se as características presentes nas unidades de análises, tais como a posição geográfica, as similaridades históricas e culturais, como fatores explicativos para o comportamento cooperativo entre os atores. Além disso, considerou-se que o fator divergente, ou seja, a variável explicativa para a maior incidência de projetos de cooperação técnica nos PALOP em detrimento dos não-PALOP seria a questão linguística como fator impulsionador para o interesse do governo brasileiro em contrair cooperação técnica com esses países lusófonos.

Para tanto, adotou-se uma análise tomando por base as relações cooperativas bilaterais entre o Brasil-PALOP e o Brasil-não-PALOP (África), a partir da perspectiva e experiência brasileira em políticas públicas de segurança alimentar. Nesse sentido, o foco analítico de investigação é a cooperação com o continente africano, sobretudo no âmbito institucional e governamental.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a transferência de cooperação técnica brasileira, no campo da segurança alimentar, em direção os PALOP, entre 2003 a 2016. Para se alcançar tal objetivo, o questionamento que norteará a pesquisa será: o que influenciou a incidência de acordos de segurança alimentar brasileira nos PALOP?

Com base nesses pressupostos, a metodologia adotada para nortear o estudo consistirá numa análise qualitativa com técnicas de entrevistas. Nesse sentido, foram coletadas 15 entrevistas semiestruturadas com especialistas da área, via e-mail, para uma maior clareza a respeito da relação cooperativa entre o Brasil e os cinco países lusófonos africanos.

A estrutura do artigo está dividida em três seções, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira etapa, busca-se estabelecer as bases da cooperação Sul-Sul brasileira como instrumento de política externa. Na segunda seção, busca-se evidenciar a relação evolutiva da cooperação entre o Brasil e os PALOP. Por fim, apresenta-se o processo de transferência da política de segurança alimentar brasileira em direção aos PALOP, como forma de fortalecimento político-social para ambas as partes.

A ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa, por definição, é a “área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional” e que, por conseguinte, sua formulação e implementação são de competências do Estado (Oliveira, 2005). Assim, a diplomacia, a inteligência, as negociações comerciais e intercâmbios culturais fazem parte do escopo da política exterior dos atores internacionais (Alden; Aran, 2017).

Pinheiro e Milani (2011) corroboram com a ideia de que uma política externa pode ser considerada como uma política pública, ou seja, o Estado e o governo atuando no plano

internacional, na medida em que reconhecem que o desenho e a implementação das políticas públicas se inserem na dinâmica das escolhas de um governo. Em outras palavras, traz-se a política externa para o plano das politics (barganhas, coalizões, disputas, acordos, etc).

Tomando por base esse cenário, nos últimos anos, muitos Estados do “Sul” promoveram suas capacidades técnicas e financeiras em diversas áreas e, a partir daí, transferiram suas experiências domésticas para outros países em desenvolvimento, que apresentavam problemáticas ou fatores semelhantes, dentro de uma ampla abordagem de cooperação Sul-Sul (Santos; Cerqueira, 2015).

No final da Guerra Fria se cunhou a expressão ‘Sul Global’, fazendo-se referência às sociedades e países em desenvolvimento do hemisfério Sul, mas também de outras sociedades do hemisfério Norte que possuem indicadores de desenvolvimento médio ou baixo. Esse rótulo foi designado simbolicamente aos países em desenvolvimento que conseguiram conquistar suas independências econômicas e, assim, promoveram uma nova ordem político-econômica no sistema internacional pós-colonial (Pino, 2014).

A partir da década de 1970, evidenciaram-se outros problemas relacionados ao desenvolvimento que se encontravam para além da deficiência de capital e, com isso, o argumentado defendido pelas teorias desenvolvimentistas de que existia uma dependência das economias periféricas em relação às economias centrais, ganhou visibilidade. Dessa forma, as teorias desenvolvimentistas passaram a considerar a dimensão social do desenvolvimento, incluindo-se outras variáveis a essa análise como meio ambiente, a luta contra a pobreza, a situação marginal da mulher e outros indicadores sociais, uma vez que os analistas dessa época consideraram a necessidade de se obter um crescimento atrelado à redistribuição de renda. Nesse período, experimentou-se um aumento considerável na cooperação multilateral por parte do “Terceiro Mundo” com o movimento dos não-alinhados, que ganharam expressividade e, por consequência, surgiu os primeiros apelos por uma cooperação Sul-Sul (Puente, 2010).

Durante o período da Guerra Fria, a cooperação Sul-Sul⁶ funcionou como ferramenta para o fortalecimento político do Sul (Silva, 2010), inicialmente por meio de coalizões em prol de melhores condições comerciais, vinculando-se dentro desse contexto, à reivindicação por reformas no sistema internacional. Existia então, um pensamento e um movimento dos países do Sul para que houvesse mudança da ordem internacional vigente (Esteves et al., 2011). Em outras palavras, os países do Sul procuraram buscar uma forma alternativa de inserção internacional, tentando manter o seu caráter autônomo e independente, menos alinhado e dependente dos dois

⁶ Os objetivos da Cooperação Sul-Sul são: “utilizar as capacidades dos países em desenvolvimento em processos de cooperação e fortalecer o acesso à globalização econômica. Em 2004 o foco em cooperação técnica foi alterado, incluindo também a cooperação financeira. Os destaques da estruturação da Cooperação Sul-Sul têm sido o conceito de ‘*prime movers countries*’, ou países em desenvolvimento que apresentam destaque na boa governação, desenvolvimento econômico e combate à pobreza, construindo experiências modelo que têm servido ao estabelecimento de projetos de cooperação com países menos desenvolvidos, especialmente africano” (Klug, 2010, p. 53-54).

mundos daquele período: o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada (Saraiva, 2008).

Nesse aspecto, um amplo quadro de colaboração se forma entre os países do Sul, incluindo-se o plano político, econômico, domínios sociais, culturais, ambientais e técnicos, em face de seus desafios comuns. Esses Estados buscam compartilhar conhecimento, habilidades e recursos (materiais e capital humano), no espectro bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional (Unossc/Pnud⁷ apud Leite, 2012).

Do ponto de vista histórico, a modalidade de cooperação Sul-Sul não é uma novidade no âmbito da cooperação internacional. O aprofundamento das relações entre países em desenvolvimento ocorre desde o início do século XXI. No entanto, a Primeira Conferência de Países da Ásia e da África em Bandung, Indonésia, ocorrida em 1955, é considerada um importante marco nas agendas de Cooperação Sul-Sul, pois teve como objetivo combater a dominação e as versões do colonialismo ocidental em detrimento da solidariedade entre os países do chamado “Terceiro Mundo”⁸ (Milani; Carvalho, 2013). Outros fatos importantes somam-se a essa iniciativa na história da cooperação Sul-Sul⁹.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, aceleraram-se muitos processos de descolonização, especialmente nas regiões da África, Ásia e América Latina. Nesse contexto, as tensões políticas da Europa se transferiram para as periferias dos países em desenvolvimento. Somando-se a esses fatores, a polarização ideológica surgida com a Guerra Fria, que estendeu suas tensões ao conflito Norte-Sul, acrescentando “a variável central do subdesenvolvimento econômico e suas consequências de pobreza e atrasos tecnológico e industrial” (Pino, 2014).

⁷ Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: http://ssc.undp.org/content/ssc/about/what_is_ssc.html. Acesso em: 02 jul. 2017.

⁸ “Além disso, também decorreram desses primeiros passos algumas posturas diplomáticas e geopolíticas de distanciamento em relação às duas superpotências da ordem da Guerra Fria. A inspiração para o movimento dos não alinhados (MNA) surgiu em Bandung, embora a sua fundação tenha ocorrido somente em 1961, em Belgrado” (Milani; Carvalho, 2013, p. 13).

⁹ “[...] a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (1964); a cooperação cubana por meio do envio, desde os anos 1960, de médicos e professores a inúmeros países em desenvolvimento; a criação do Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Árabe em 1961 e, já nos anos 1970, do Banco de Desenvolvimento Islâmico e do Banco Árabe para o Desenvolvimento; a criação do G-77 nas Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional; a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e as duas crises dos anos 1970; a Conferência de Buenos Aires e seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (1978); o Programa de Arusha (1979), que enfatizou a importância da “collective self-reliance”; o Programa de Ação de Caracas (1981) e a criação do sistema geral de preferências comerciais entre países em desenvolvimento; a criação da Agência Brasileira de Cooperação em 1987; a instalação, em 1992, da agência turca de cooperação e desenvolvimento (TIKA); o reestabelecimento, com a mudança terminológica, da Unidade de Cooperação Sul-Sul no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996); a celebração do Primeiro Fórum de Cooperação China-África em Pequim (2000); o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) em 2003; a Primeira Cúpula do Sul (celebrada no Marrocos, em 2003) que redefiniu as bases do Comitê de Cooperação Sul-Sul, bem como a Segunda Cúpula do Sul (Doha, em 2005) e a Conferência de Alto-Nível das Nações Unidas sobre CSS (Nairóbi, em 2009); a celebração do ano da África para a cooperação turca em 2005; a criação pelo governo sul-africano do “*African Renaissance and Cooperation Fund*”; o lançamento pelo Brasil de seu primeiro relatório, preparado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sobre cooperação para o desenvolvimento (2010); a fundação da Agência Mexicana de Desenvolvimento e Cooperação (AMEXID), em 2011; o lançamento, em 2012, do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul do governo brasileiro, com edital com valor global de 2 milhões de USD para projetos concebidos por municípios e estados (2012); o debate entre os BRICS sobre a criação de um banco de desenvolvimento, a partir da iniciativa indiana em 2012, entre outros” (Milani; Carvalho, 2013, p. 13-14).

Esses fatores impulsionaram os debates para a construção do conceito da Cooperação Técnica em Países em Desenvolvimento (CTPD), pautados no acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, passíveis de serem exportadas para outros Estados com problemáticas semelhantes, por meio de suas políticas externas. Nos últimos anos, muitos países do Sul promoveram suas capacidades técnicas e financeiras em diversas áreas, transferindo suas experiências para outros países em desenvolvimento, dentro de uma ampla abordagem de cooperação Sul-Sul (Santos; Cerqueira, 2015).

Esse desdobramento técnico da Cooperação Sul-Sul, em CTPD, foi impulsionado em 1974 pela criação da Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como forma de subsidiar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento. Desde então, essa unidade se converteu no ponto focal da cooperação Sul-Sul para promover, gerir e coordenar esse tipo de cooperação e promover o intercâmbio entre o PNUD e o G-77 (Pino, 2014). As bases desse tipo de cooperação foram construídas no Plano de Ação de Buenos Aires¹⁰, em 1978, possuindo como objetivos o “compartilhamento de expertise, tecnologia, recursos, entre outros aspectos, e igualmente se propõe a ser executada de forma horizontal e sem condicionalidades” (Tomazini, 2017).

Posteriormente, em 2009, ocorreu em Nairóbi a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul com o objetivo de analisar os trinta anos pós-Plano de Ação de Buenos Aires. O documento proveniente dessa Conferência, buscou convocar os países em desenvolvimento para intensificar suas relações Sul-Sul e incentivá-los na exploração de acordos triangulares de cooperação para o desenvolvimento (Souza, 2014).

Do ponto de vista geográfico, os países em desenvolvimento e os emergentes privilegiam a oferta de assistência técnica aos Estados vizinhos, dentro do escopo da cooperação e integração regional, considerando-se um maior grau de interdependência econômica e política entre essas nações (Pino, 2014). Além disso, a importância atribuída à cooperação Sul-Sul como um instrumento de política externa está relacionada ao potencial papel que esses países possam assumir perante a agenda política e econômica internacional, sobretudo no âmbito da governança global, a exemplo do Banco Mundial, FMI, OMC, G-20, bem como numa “reconfiguração de alianças regionais e coalisões inter-regionais (SADC - *Southern African Development Community*, UNASUL - União das Nações Sul-Americanas, Fórum IBAS, grupo BRICS, *Shanghai Cooperation Organization*, G-20)” (Milani; Carvalho, 2013).

¹⁰ “Esse plano consagrou novo conceito de cooperação técnica baseado na horizontalidade e no intercâmbio de informações e perícia entre países em desenvolvimento, em áreas como saúde, educação e agricultura. Sua elaboração foi resultado do trabalho de um grupo de peritos que – durante cinco anos, em reuniões intergovernamentais preparatórias – detalharam as necessidades e as possibilidades da CTPD. Na Conferência de Buenos Aires, da qual participaram 138 países e 45 ministros, 41 vice-ministros e 81 diretores de departamentos de cooperação e planejamento, forjou-se um dos momentos-chave da CSS. Em 2003, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a Resolução no 58/220, recomendou a substituição do termo CTPD pelo de cooperação Sul-Sul (CSS) e integraram, assim, as três dimensões que a constituem: a política, a técnica e a econômica” (Pino, 2014, p. 65).

A cooperação técnica internacional esteve inserida na atuação do Brasil desde seus primórdios, sobretudo na condição inicial de país recipiendário, o que por sua vez, resultou em alguns benefícios pontuais ao Estado brasileiro e, especialmente na construção de instituições maduras e estruturas produtivas. Posteriormente, na medida em que alcançou patamares mais elevados de desenvolvimento, o Brasil buscou compartilhar o conhecimento adquirido em cooperações recebidas, mas também partilhar as experiências acumuladas por meio de suas políticas públicas setoriais e intersetoriais no âmbito doméstico, reconhecidamente inovadoras no cenário internacional (Ipea; Abc, 2013).

Do ponto de vista político, a CTPD também pode ser entendida como um dos instrumentos para o Brasil se projetar e ampliar sua presença no cenário internacional. Além disso, o país definiu sua agenda de cooperação técnica seguindo as diretrizes de políticas nacionais, especialmente àquelas oriundas de sua política externa, mas também adotando as diretrizes da dimensão internacional de políticas públicas (Ipea; Abc, 2013).

Inicialmente voltada aos parceiros da América Latina e África, a cooperação técnica brasileira se fortaleceu em âmbito nacional a partir de 1987, quando o país fundou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)¹¹, por meio do decreto 94.973, sob a esfera do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para planejar e coordenar as ações de cooperação internacional do Brasil, tanto a cooperação recebida quanto a prestada pelo Brasil (Abdenur; Rampini, 2015).

No caso da cooperação ofertada, a atuação do Brasil no cenário internacional se insere na estratégia de utilização de seus recursos de política externa para projetar uma imagem de país que desenvolveu uma trajetória de desenvolvimento político-social, sobretudo com aspirações de potência média, mesmo sem poderio nuclear, mas com pretensões de *global player* (Milani, 2017).

Nesse contexto, as relações do Brasil com o continente africano se manifestaram com maior vigor durante o período militar, em que a diplomacia cultural, as cooperações técnicas e acadêmicas seriam usadas como instrumento de política externa brasileira com propósitos políticos. De um lado, o objetivo seria diversificar os parceiros comerciais com a justificativa do “princípio da solidariedade Sul-Sul”. Mas ao mesmo tempo, buscava-se articular alianças que favorecessem a afirmação do Brasil como potência emergente no cenário global (Lechini; Giaccaglia, 2016).

De acordo com dados disponibilizados pela ABC, durante o período de 2005 a 2015, constatou-se que a esfera geográfica preferencial do Brasil é o continente africano com (49,7% do orçamento total executado nesse período), seguidos da América Latina e Caribe com (31,9%), no que se refere ao compartilhamento de conhecimento e ações de cooperação técnica implementadas pelo Brasil na esfera de projetos executados e concluídos (Milani, 2017).

¹¹ “ABC foi dotada de autonomia financeira, tendo a competência de coletar e gerar, para o Fundo Especial de Cooperação Técnica (FUNEC), recursos líquidos ou em espécie no Brasil ou no exterior, para assumir obrigações de financiamento e fornecer apoio financeiro direto a programas e atividades de CTI. Porém, a expectativa de autonomia financeira não se concretizou e o fundo foi extinto poucos anos depois” (Milani, 2017, p. 26).

Entre os países e regiões que merecem evidência, em ordem de importância orçamentária, destacam-se em primeiro lugar Moçambique, em segundo - São Tomé e Príncipe, em terceiro - Timor Leste. Não obstante, o grupo de países que formam o projeto Cotton-4 (Benin, Burquina Faso, Chade e Mali) ocupam o quarto lugar. Guiné-Bissau segue o quinto lugar, os países da América Latina ocupam as posições seguintes: sexto lugar - El Salvador, sétimo – Peru, oitavo – Guatemala, e em décimo aparece o Haiti (Ipea; ABC, 2013).

Com base no discurso oficial do Brasil, o país oferece uma cooperação diferenciada daquela fornecida pelos doadores tradicionais. Em primeiro lugar, o país não exporta uma imagem de Estado “doador” tradicional, preferindo usar a terminologia “parceiro”. Isso implica dizer, que o país incorpora as assimetrias dos outros Estados no processo de cooperação (Leite et al., 2014).

Estando no cerne da cooperação Sul-Sul, a solidariedade também pode ser associada ao caráter pacifista e tradicional da política externa brasileira, uma vez que o governo brasileiro buscava projetar seu *soft power* e manter laços amistosos com outros Estados (Chediek, 2017). O Brasil enaltecia sua política externa pacifista, acreditando que o uso da força militar traz mais malefícios do que benefícios. Além disso, o país defendia um tipo particular de multilateralismo, isto é, àquele que “é igualitário em princípio, baseado em regras na prática e universal em alcance” (Stuenkel, 2016). Com isso, posicionava-se na esfera internacional como um país que poderia compartilhar suas experiências de sucesso com outros países.

RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS ENTRE O BRASIL E OS PALOP

Em meio à conjuntura mundial, o Brasil buscou promover suas políticas públicas para o desenvolvimento e a erradicação da fome em seu território. Esse processo se iniciou em 2003, como uma estratégia para internacionalizar as ações sociais da diplomacia brasileira e, assim, institucionalizar a vontade política no processo de inserção do tema de combate à fome como uma nova linha de ação internacional do Brasil (MRE, 2012). No âmbito da cooperação Sul-Sul, o continente africano foi considerado um importante parceiro para a expansão das alianças políticas e econômicas do Brasil (Pinho, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, o continente africano ingressou na agenda diplomática brasileira, isso porque tanto o Brasil como a África passaram a ter uma presença mais significativa no cenário internacional nesse período. Nesse sentido, Lechini (2008) afirma que a aproximação do Brasil com a África foi movida por dois fatores: princípios e interesses. Em outros termos, o Brasil buscou desenvolver uma cooperação de solidariedade com os países do Sul, mas ao mesmo tempo, buscou aumentar sua capacidade de influência nos assuntos globais, tanto em termos políticos quanto em econômicos, estrategicamente a partir de uma diversificação em suas relações externas.

Segundo o Ipea (2013) a cooperação técnica brasileira visa à capacitação de indivíduos e o fortalecimento de instituições no exterior, compondo-se pelo desenvolvimento de capacidades,

pela transferência e compartilhamento de conhecimento e tecnologias nacionais¹². Todos esses fatores com vistas à possibilidade de adaptação as realidades locais, por meio da capacitação de recursos humanos, o emprego de mão-de-obra local e a concepção de projetos adequados as peculiaridades de cada Estado.

Miyamoto (2011) enfatiza que os interesses do Brasil na África atendiam, em geral, a dois critérios: primeiro, “ocupar um espaço que ainda não estava completamente preenchido”, uma vez que o continente africano não se encontrava no radar de interesses prioritários das potências ocidentais. Em segundo lugar, essa aproximação brasileira com o continente africano significaria uma oportunidade para o Brasil vender produtos e serviços, sobretudo nas áreas em que o Brasil possuía grande capacidade técnica. Além disso, os interesses brasileiros na África eram orientados em termos econômicos, mas principalmente sob o prisma do apoio político, tendo em vista suas reivindicações em uma maior presença em organismos internacionais, principalmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A partir de 2003, no então governo Luís Inácio Lula da Silva, observou-se uma retomada mais expressiva do interesse político pela África. Em termos diplomáticos, a política brasileira procurou alinhar a estratégia de equilíbrio idealista - ou seja, os laços culturais e as políticas sociais – com o pragmatismo político, isto é, uma concertação política e um aumento nos fluxos comerciais. Entre 2003 a 2010, verificou-se a abertura (ou reativação) de dezoito embaixadas no continente africano. Para fins comparativos, é importante observar no que diz respeito à diplomacia presidencial em relação ao governo FHC que realizou cinco viagens à África e visitou três países (Mendonça Júnior; Faria, 2015), enquanto o governo Lula realizou vinte e oito viagens oficiais, em caráter bilateral, visitando vinte e três países (Albuquerque, 2013).

A cooperação entre o Brasil e os PALOP assumiu um caráter político nos marcos da horizontalidade presente no Terceiro-mundismo. Entre 1990 a 2002, o viés dessa cooperação foi puramente técnica, já entre 2003 a 2015, essa cooperação reassumiu o caráter político e aprofundou os termos da cooperação Sul-Sul (Rizzi, 2016). Vale ressaltar que os PALOP são um grupo que pode oferecer substancial apoio às aspirações brasileiras, não apenas no plano regional (consolidação de potência regional), como também no cenário internacional (em termos econômicos, políticos e estratégico-militar). Além disso, os fortes laços culturais, históricos e linguísticos dos países lusófonos africanos influenciaram sobremaneira a cultura brasileira (Campos, 2015).

Nesse período, os governos Lula e Dilma consolidaram a cooperação Sul-Sul como instrumento de projeção internacional da política brasileira, sobretudo com a ampliação dos “acordos de cooperação e programas de desenvolvimento com a África, aumentando a oferta de vagas nos Programas PEC-G e PEC-PG”. Aliados a esses fatores, os PALOP também passaram por momentos decisivos que possibilitaram uma maior aproximação com a política brasileira. Nesse contexto, Angola conseguiu encerrar a guerra civil em seu território em 2002, o que favoreceu o

¹² Sobre cooperação técnica e suas diferentes modalidades, ver Cobradi (2013), ABC (2013) e Caisan (2013).

Estado no projeto de desenvolvimento e inserção regional, transformando o país em uma liderança africana. Cabo Verde, por sua vez, “consolidou sua democracia multipartidária” e buscou uma aproximação progressiva com a União Europeia, sob o pretexto de essa relação servir de ponte entre a Europa, o Brasil e os PALOP (Rizzi, 2016).

A TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASILEIRA PARA OS PALOP

O Brasil acumula uma experiência nacional de política pública na promoção da segurança alimentar e nutricional, o que se coaduna com as perspectivas internacionais para combater a fome e a desnutrição mundial (Santarelli, 2015). Vale ressaltar que o Brasil foi o único país do cinturão tropical global a conquistar a posição de potência agrícola, por inovar em tecnologias de manejo, em diferentes condições climáticas, nas quais permitiram a transformação de solos degradados em terras férteis (Almino; Lima, 2017).

A região dos PALOP concentra o maior número de projetos nas áreas de agricultura, incluindo-se a produção agrícola e a segurança alimentar. Esses países possuem uma relação histórica intrínseca com o Brasil que estão para além do tráfico, escravidão e subserviência dos negros africanos. Pelo contrário, mostraram-se resultantes de múltiplos aspectos e demasiadamente complexas. Para melhor se compreender como se construiu as relações entre o Brasil e os PALOP, será necessário fazer uma breve contextualização histórica desse intercâmbio lusófono.

Relações Brasil-Angola

Em 2004, o governo angolano se preocupou em trazer para o país novas tecnologias agrícolas e, com isso, estabeleceu uma cooperação com a Embrapa, afim de identificar possibilidades de transferência de tecnologias. Nesse contexto, a Embrapa buscou apoiar o Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola (SNIA), transferindo ao país africano sua *expertise* em inovação agrícola, por meio do fortalecimento das instituições de pesquisa e na promoção de um sistema de sustentabilidade agropecuário. Com essa cooperação, a Embrapa implementou tecnologias tropicais brasileiras em solo angolano, com o cultivo de novos produtos agrícolas, a exemplo do arroz, feijão, soja, milho e hortaliças (Vieira, 2009; Ministério da Agricultura, 2008).

Essas novas técnicas transferidas pela Embrapa à agricultura angolana trouxeram significativas transformações locais, sobretudo na “reestruturação do Instituto de Agricultura de Angola (IAA), que incluiu a criação de 16 centros de pesquisa até 2013”. Nessa ocasião, a Embrapa conseguiu promover um aumento no nível da produtividade agropecuário angolano com o incremento de novos projetos de melhoria agrícola (Embrapa, 2009).

Outra iniciativa que merece nota, embora não esteja sob o amparo oficial da cooperação técnica brasileira, são os “projetos multissetoriais e mecanismos participativos para a gestão de questões de segurança alimentar e nutricional”, em Angola, desenvolvidos pelos profissionais brasileiros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Um organismo

de articulação do governo com a sociedade civil “no que diz respeito aos princípios orientadores e à estruturação de iniciativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil” (Esteves; Fonseca; Gomes, 2015). Os objetivos desse projeto seguiram as diretrizes gerais da FAO, ou seja, eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição, envolvendo uma ação conjunta entre a FAO, a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Relações Brasil-Moçambique

Ao longo da última década, o governo brasileiro aumentou progressivamente o montante de ajuda externa aos países africanos, sobretudo para o Estado moçambicano. Em 2012, o governo brasileiro anunciou a implementação da versão africana do ‘Programa Mais Alimentos’, que abria aos camponeses moçambicanos uma linha de crédito de cem milhões de dólares, com o objetivo de ampliar a produção em pequena escala por meio da aquisição de novas máquinas. Nesse mesmo ano, o Brasil e o Japão lançaram em conjunto o ‘Fundo Nacala’ que beneficiaria pessoas jurídicas envolvidas na produção de *commodities* (Clements; Fernandes, 2013).

Entre as características da cooperação técnica brasileira na agricultura de Moçambique, identificam-se três grandes tendências: (1) os programas desenvolvidos tomam por base a *expertise* e sucesso dos programas aplicados no Brasil; (2) “existe uma oferta diversificada que envolve diferentes ‘propostas’ para o desenvolvimento da agricultura moçambicana (alguns contraditórios ou conflituosos)”; (3) uma grande variedade de atores estão envolvidos nessa cooperação, desde movimentos da sociedade civil, agências estatais, potências do Norte até organismos internacionais e multilaterais, a exemplo das iniciativas trilaterais envolvendo os EUA, Japão e outros, assim como o PNUD e a FAO (Fingermann, 2014).

O Programa Embrapa-ABC se destaca como um vetor para o fortalecimento do setor agropecuário, por meio da transferência de tecnologia brasileira às condições específicas de Moçambique, somados à atuação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e a capacitação de seu corpo técnico (Valente *et. al.*, 2015). A primeira iniciativa foi intitulada como “Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica (PIAIT), cuja finalidade é fortalecer o IIAM para inovação agrária em Moçambique.

Dentro desse escopo, o PIAIT reúne doze instituições internacionais associadas ao Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR – sigla em inglês), que produz técnicas similares à Embrapa em Moçambique. A segunda iniciativa da Embrapa em Moçambique é o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional, que busca o fortalecimento dos pequenos produtores na plantação de hortaliças, mas também busca direcionar esses produtos para um consumo in natura, no chamado “Corredor Verde de Maputo” (Leite, 2012).

A terceira iniciativa da Embrapa em Moçambique foi o ProSavana – PI (projeto de investigação) que busca “melhorar a capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala, região norte de Moçambique”. Esse modelo parte da experiência brasileira na conservação e desenvolvimento do cerrado brasileiro, cuja vegetação é similar as savanas africanas (Leite, 2012). Com essas atividades, estima-se que

ao final do projeto as populações alcancem uma diversificação e um aumento na produção vegetal, por meio do aprimoramento nas técnicas de cultivo.

Quadro 1. Resumo do Programa Embrapa-Moçambique

PROGRAMA	AGÊNCIAS	ATORES	ACORDO	OBJETIVOS	NATUREZA	DURAÇÃO
Plataforma	ABC, USAID*, IIAM*, MINAGRI* e Embrapa.	Brasil, EUA e Moçambique	Trilateral	Fortalecer o Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique (SIAM), nas áreas de gestão de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia.	Estruturante ¹³	2010-2014
Projeto de Segurança Alimentar	ABC, USAID e Embrapa.	Brasil, EUA e Moçambique	Trilateral	Auxiliar Moçambique em suas políticas de segurança alimentar e melhorar a produção de hortaliças no país.	Estruturante	2011-2015
ProSavana	ABC e JICA	Brasil, Japão e Moçambique	Trilateral	Desenvolver a agricultura no Corredor de Nacala.	Estruturante	2011-2019
ProSavana – PI*	ABC, JICA e Embrapa.	Brasil, Japão e Moçambique	Trilateral	Construção de uma base tecnológica capaz de dar sustentabilidade ao aumento da produção agrícola regional.	Estruturante	2011-2016
ProSavana – PEM*	ABC e JICA	Brasil, Japão e Moçambique	Trilateral	Aumentar a produção de diversos cultivos através da adoção de diferentes modelos de desenvolvimento agrário (agricultura familiar e exportação).	Estruturante	2013-2019
ProSavana – PD*	ABC e JICA	Brasil, Japão e Moçambique	Trilateral	Realização de pesquisas (Plano Diretor).	Estruturante	2012-2014

Fonte: Adaptado de Avelhan (2015) com base em: Embrapa (2011, 2019); ProSavana (2013).

Moçambique se insere na órbita do capital transnacional, isso porque o Corredor de Nacala se configura como uma peça importante para ascensão da cooperação brasileira, no campo da agricultura, na região. Além disso, é uma área estratégica para os investimentos e iniciativas das empresas brasileiras, sobretudo no setor da mineração e agropecuário (Garcia; Kato, 2016).

¹³ Os projetos estruturantes são desenvolvidos entre a Embrapa e um país ou grupos de países africanos, mas também latino-americanos ou caribenhos. Esses projetos possuem como objetivo o fortalecimento das bases tecnológicas, institucionais e de recursos humanos dos países parceiros no campo do desenvolvimento sustentável da agricultura. Devido a esses fatores, geralmente são projetos de alto custo financeiro (superior a um milhão de dólares) e com mais de dois anos de duração. A Embrapa também desenvolve projetos pontuais, voltados principalmente para a capacitação em agricultura tropical, remessa de material genético e validação de variedades e metodologias de pesquisas (EMBRAPA, 2019). Maiores informações em: <https://www.embrapa.br/projetos-pontuais>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Relações Brasil-Cabo Verde

O quadro de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde teve início em 1977 quando foi firmado um acordo básico de cooperação técnica englobando oito áreas, a saber: investigação agrária, formação profissional, saúde, educação, reforço institucional e gestão da água. Apesar desses eixos de cooperação terem sido firmados na década de 1970, somente a partir dos anos 2000 que houve uma maior diversificação nas áreas de intervenção, sobretudo pela política estratégica de cooperação com a África no governo Lula. É nesse período que se intensificam as relações bilaterais entre o Brasil e Cabo Verde sob as diretrizes da cooperação Sul-Sul, com maior ênfase para o campo da segurança alimentar e nutricional (Martins, 2015).

De acordo com a Embaixada brasileira, nos últimos anos se destacaram os seguintes projetos:

[...] i) a assistência técnica do Embrapa ao Instituto de Investigação Agrária no desenvolvimento da caprino-ovinocultura e da horticultura; ii) entre a Fundação cabo-verdiana de Ação Social-escolar (FICASE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na definição do programa nacional de alimentação escolar e reforço de capacidades institucionais; iii) na implementação do primeiro banco de leite humano, uma parceria do Ministério da Saúde e instituições brasileiras como a Fio-cruz e Centro de Referência Nacional para Banco de Leite Humano; e iv) reforço da capacidade institucional da Agência Nacional de regulação dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) e do Ministério da Agricultura no domínio da gestão de águas.

A cooperação oferecida pelo Brasil se baseia na transferência de experiências, conhecimento e tecnologia das instituições brasileiras. Entre os projetos em execução em Cabo Verde, o Quadro 2 mostra os destaques.

Quadro 2: Projetos em execução em Cabo Verde no campo da SAN

PROJETO	ATORES	OBJETIVOS
Apoio ao desenvolvimento da caprino-ovinocultura em Cabo Verde	<i>Brasil</i> (EMBRAPA) <i>Cabo Verde</i> (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – INIDA).	Consolidar a política de expansão da pecuária em Cabo Verde, visando o desenvolvimento rural e a geração de emprego e renda no país.
Apoio ao desenvolvimento da horticultura em Cabo Verde	<i>Brasil</i> (EMBRAPA) <i>Cabo Verde</i> (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – INIDA).	Apoiar a consolidação da política de expansão da horticultura em Cabo Verde. O projeto capacitará cerca de 20 técnicos do INIDA em sistemas de produção de hortaliças e frutas tropicais.
Apoio ao programa nacional de cantinas escolares de Cabo Verde - Fase I: fortalecimento do ICASE	<i>Brasil</i> (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE). <i>Cabo Verde</i> (Ministério da Educação e Ensino Superior – ICASE).	Formação de técnicos Cabo Verdianos do ICASE nas áreas de controle social, segurança alimentar e nutricional. Estima-se que ao final do projeto, sejam elaborados o Plano Estratégico e o Plano Diretor, de modo que se estructure um programa Cabo verdiano de alimentação escolar.
Apoio ao fortalecimento institucional do INIDA	<i>Brasil</i> (EMBRAPA)	Consolidar a política de expansão agropecuária de Cabo Verde, com a capacitação de técnicos do INIDA visando o planejamento estratégico

	<i>Cabo Verde</i> (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – INIDA).	de investigação agrícola e concepção de Plano Diretor para a Instituição.
Apoio ao fortalecimento institucional da gestão das águas em Cabo Verde – Fase I	<i>Brasil</i> (Governo do estado da Bahia – Instituto de Gestão da Água e Clima – INGÁ) <i>Cabo Verde</i> (Ministério do Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos).	Visa promover um diagnóstico sobre a situação das águas em Cabo Verde, o que permitirá ação no combate à desertificação no país.

Fonte: elaborado pelos autores com base em ABC (2010)¹⁴

O governo Cabo verdiano buscou conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁵ brasileiro, como modelo de projeto e programa de alimentação em cantinas escolares para implementar o Programa Cabo verdiano de Cantinas Escolares. O modelo brasileiro se tornou mais atrativo aos interesses Cabo verdianos em função das semelhanças geográficas e socioeconômicas, mas também devido aos princípios e diretrizes estabelecidos na base do Programa brasileiro, ou seja, “a descentralização das responsabilidades, o desenvolvimento local, a garantia parcial do atendimento das necessidades nutricionais dos escolares e o envolvimento da sociedade nas ações de controle e fiscalização das políticas públicas” (Dias, 2018).

Em 2010, o Instituto Cabo verdiano de Ação Social Escolar (ICASE) se transformou em FICASE (fusão do ICASE com Fundo Autônomo de Edições de Manuais e Fundo de Apoio ao Ensino e a Formação), o que inviabilizou a criação do Plano Diretor, conforme previsto no projeto de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde. Ademais, a presidência do FICASE apresentou um novo projeto sob o formato da Cooperação Luxemburguesa, que financiava o Programa de Cantinas Escolares, sob o título de Plano Nacional de Saúde Escolar. Com isso, o foco da missão brasileira recaiu sobre a capacitação de técnicos, em termos de controle social e segurança alimentar e nutricional, devido ao fato das cozinheiras cabo verdianas só falarem o idioma crioulo (Dias, 2018).

De acordo com a pesquisa de Martins (2015) as vantagens da cooperação internacional para o desenvolvimento de Cabo Verde são indiscutíveis, no entanto os mecanismos da cooperação entre o Brasil e Cabo Verde não favorecem uma agenda inclusiva aos interesses da sociedade civil cabo verdiana. Isso se deve, em grande medida, ao desequilíbrio das capacidades e competências atribuídas às partes interessadas nessa agenda de cooperação.

Relações Brasil - Guiné Bissau

Em 2006, a Guiné-Bissau enviou técnicos à sede da Embrapa com o objetivo de buscar soluções tecnológicas para alavancar a cultura do caju no país, considerando-se que esse produto

¹⁴ Maiores informações em: Agência Brasileira de Cooperação: a cooperação técnica do Brasil para a África. Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

¹⁵ O PNAE oferece “alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino” (FNDE, 2019). Maiores informações em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 20 nov. 2019.

possui um significado econômico elevado ao Estado guineense. A delegação guineense visitou unidades da Embrapa, as autoridades brasileiras e os empresários do setor agropecuário para tentar estabelecer uma agenda com o Brasil no campo da transferência de tecnologia e conhecimento no combate as pragas do cajueiro, política de fixação de preços e no processo de industrialização do produto. Nessa ocasião, o diretor geral do Ministério do Comércio, Indústria e Artesanato, Emílio Sariat Menut salientou que uma das estratégias de desenvolvimento do país é alavancar a agricultura e a cooperação com o Brasil e a Embrapa se configuram de suma importância. Nesse período, o Projeto de Desenvolvimento Agrícola e Pecuário da Guiné-Bissau (um dos projetos-piloto do fundo IBAS), já havia treinado 125 técnicos guineenses e outros 25 estavam em andamento¹⁶ (Embrapa, 2006).

Em 2011, o Brasil e a Guiné-Bissau assinaram um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para “Implantação e implementação de unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais na Guiné-Bissau”, com prospecção para outros três projetos, sendo dois na área de saúde e um no campo da agricultura¹⁷ (Abc, 2012).

O PMA passou a apoiar o Programa de Cantinas Escolares em 2000, mas em 2011 entrou em um período de transição do campo da assistência alimentar para a assistência técnica, por um período de aproximadamente dez anos. Nesse contexto, o Brasil entrou como parceiro na construção do Programa de Cantinas Escolares com base em produtos locais. No entanto, devido a uma série de negociações e crises políticas que resultaram na paralisação das ações de cooperação com o Brasil¹⁸. Apesar de não ter se concretizado o projeto, a Guiné-Bissau enviou seus técnicos e alguns políticos para visitar os centros de estudo do Brasil, mantendo assim, contato com o Centro de Excelência brasileiro (Dias, 2018).

Nesse contexto, o Brasil enviou duas missões para avaliar as condições atuais do Programa de Cantinas Escolares na Guiné-Bissau e a partir de então, elaborar “um projeto de apoio para capacitar agentes dos Ministérios da Agricultura, da Saúde e da Educação”. As estimativas seriam de que esse projeto fosse assinado em conjunto com ABC, Centro de Excelência brasileiro, a FAO e o PMA/Guiné-Bissau, em meados de 2017. Com isso, espera-se que o referido projeto entre em um novo processo de elaboração que, ao mesmo tempo, dependerá da estabilidade política na Guiné-Bissau para ter continuidade (Dias, 2018). Nesse interim, o principal interlocutor será o Centro de Excelência do Brasil nesse processo cooperativo para assuntos de alimentação escolar e compras locais.

Relações Brasil – São Tomé E Príncipe

¹⁶ Para maiores informações: Guiné-Bissau busca ampliar cooperação com a Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17992702/guine-bissau-busca-ampliar-cooperacao-com-a-embrapa>. Acesso em: 23 nov. 2019.

¹⁷ Maiores informações em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau>. Acesso em: 23 nov. 2019.

¹⁸ Para maiores informações: Guiné-Bissau: PAM inicia fase de transição, para menos alimentos e mais assistência. Disponível em: <https://paginaglobal.blogspot.com/2011/11/guine-bissau-pam-inicia-fase-de.html>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Em 2007, o governo brasileiro abriu uma linha de crédito de 5 milhões de dólares, sob gestão do Banco do Brasil, com o objetivo de reativar as importações de bens alimentícios brasileiros em São Tomé e Príncipe. No entanto, devido à demora na liberação do crédito, em decorrência das dificuldades de organização do governo santomense, a operação quase se desfez. Em função desses fatores, outra linha de crédito emergencial foi concedida ao governo santomense em 2009, na mesma proporção de valores e na mesma ordem de objetivos (Rizzi, 2012). Em 2013, criou-se o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural como resultado da institucionalização do PRONER, o que proporcionou um saldo positivo e duradouro na cooperação entre o Brasil e o governo santomense (Dias, 2018).

Em 2013, criou-se o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural como resultado da institucionalização do PRONER, o que proporcionou um saldo positivo e duradouro na cooperação entre o Brasil e o governo santomense. Já o Projeto intitulado “Implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe”, em sua primeira fase, conforme já mencionado, buscou capacitar quatro escolas santomenses nos campos da gestão e organização de cantinas. Nessa primeira fase, o projeto esteve ligado ao “reconhecimento do território, focando-se em práticas mais direcionadas à gestão, à nutrição, e à organização de cantinas”. Já na segunda fase, o projeto buscou dar continuidade as ações do projeto anterior, como uma estratégia para tentar expandir as compras da agricultura familiar, que por sua vez, beneficiaram-se da cooperação humanitária brasileira para a compra desses produtos. Desse modo, as atividades centrais da EMATER-MG¹⁹, no âmbito desse projeto, foi “capacitar os agricultores em termos de associativismo”, ou seja, a embaixada brasileira redirecionou os recursos que seriam para a compra de feijão e arroz para a compra de produtos destinados a agricultura familiar (Dias, 2018).

Quadro 3. Projetos brasileiros em execução em São Tomé e Príncipe

PROJETO	ATORES	OBJETIVOS
Construção institucional e metodológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em São Tomé e Príncipe – Fase II	<i>Brasil</i> – Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG). <i>São Tomé e Príncipe</i> – Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.	Visa à otimização do Programa de Extensão Rural santomense por meio de dois programas convergentes. O primeiro com enfoque na capacitação de recursos humanos em rotinas administrativas e o segundo na organização de produtores rurais e para a produção e fornecimento programado de alimentos para o programa santomense de alimentação escolar.

¹⁹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.

Implantação do Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER) em São Tomé e Príncipe	<i>Brasil</i> – Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER/MG). <i>São Tomé e Príncipe</i> – Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.	Tem por objetivo a implantação do Programa Nacional de Extensão Rural em São Tomé e Príncipe, com a capacitação de técnicos e produtores rurais para atuarem segundo os princípios, diretrizes, fundamentos, objetivos, metas e metodologias da extensão rural, traçados no Programa. “A Fase II do projeto Construção institucional e Metodológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura Familiar é um complemento a este projeto. Enquanto aquele focaliza a inserção dos produtores rurais familiares na produção de alimentos para as escolas, este visa à diversificação da produção agropecuária, alcançando diferentes públicos como o grande e médio empresariado. Dessa forma, a Fase II é um ensaio piloto que demonstra como organizar a produção alimentar e sua comercialização para uma zona geográfica de mini e pequenos produtores, com a aplicação dos procedimentos de gestão da extensão rural”.
Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe – Fase II	<i>Brasil</i> – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). <i>São Tomé e Príncipe</i> – Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto.	Visa assessorar o governo santomense na implementação do Programa de Alimentação Escolar, em articulação com o Programa de Alimentação Mundial (PAM). “Em sua primeira fase o projeto atendeu a 04 (quatro) escolas, nas quais foram realizadas capacitações em serviços para a gestão do programa e adequação dos espaços de alimentação escolar (cantinas), além de desenvolver atividades de educação nutricional por meio de grupo teatral. O projeto articula-se com o projeto Construção institucional e Metodológica da extensão rural como estratégia de desenvolvimento sustentável da agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe – Fase II, para estruturação da extensão rural e agricultura familiar e a implementação de hortas escolares, promovendo a sustentabilidade e diminuindo, gradativamente, a necessidade de apoio externo para a aquisição de gêneros alimentícios. O Governo brasileiro, além da cooperação bilateral na área da alimentação escolar, também apoia o Governo santomense por meio de Fundo Fiduciário, o qual presta auxílio ao PAM/local para o desenvolvimento de atividades que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados e à sustentabilidade do Programa de alimentação escolar, tendo em vista a perspectiva de retirada do PAM do país”.
Fortalecimento institucional da gestão de águas em São Tomé e Príncipe - fase I	<i>Brasil</i> – Instituto de Gestão de Águas e Clima (INGÁ) do Governo do estado da Bahia. <i>São Tomé e Príncipe</i> – Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente.	Visa apoiar o governo santomense na elaboração de uma legislação para a gestão das águas e do programa de justiça ambiental pelas águas, bem como capacitar técnicos santomenses para atuarem em atividades de educação, proteção, recuperação e uso sustentável das águas e para implementarem o Plano de ação nacional para a adaptação às Mudanças Climáticas – NAPA.

Fonte: elaborado pelos autores com base em ABC (2010)²⁰.

²⁰ Maiores informações em: Agência Brasileira de Cooperação: a cooperação técnica do Brasil para a África. Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

Além dos fatores mencionados, de acordo com Freire Junior²¹ (2020), a maior concentração de cooperação técnica brasileira nos PALOP em comparação ao resto dos países africanos, deve-se principalmente ao fator linguístico. Segundo ele, a questão da língua influenciou consideravelmente na compreensão das orientações técnicas, na elaboração de material técnico, *folders* e nos conhecimentos repassados, uma vez que o pesquisador também participou de projetos na Nigéria e em Uganda (países que não possuem o português como língua oficial) e percebeu que a língua nativa ou as traduções para o inglês e francês dificultavam a compreensão das informações repassadas e no treinamento do corpo técnico. Desse modo, “a proximidade linguística foi fundamental para o repasse das orientações técnicas, assimilação pelos parceiros dos conhecimentos e informações transmitidas e na execução das etapas planejadas” (Entrevista, Freire Junior, 2020).

De igual maneira, Cribb²² (2020) assevera que ao longo do período de execução do projeto foi possível observar que a língua portuguesa foi um fator importante de aproximação, interação, comunicação e aprendizagem. Nesse processo, o Grupo de Sócioeconomia atuava em atividades de pesquisa e transferência de tecnologia que exigiam um contato direto não apenas entre os membros da equipe, mas principalmente com os parceiros externos e os integrantes do setor produtivo. Dentro desse intercâmbio,

[...] o estudo da cadeia das hortaliças exigia a coleta de dados e informações em campo. Para isso, foi necessário capacitar os agentes e supervisores encarregados de administrar os questionários. A facilidade comunicativa ajudou muito, permitindo a economia de tempo e a facilidade de aprendizagem. Tudo isso contribuiu amplamente para a qualidade dos resultados. A transferência das tecnologias foi outra atividade que exigia uma comunicação clara e compreensiva entre a equipe do projeto e os *stakeholders* da cadeia das hortaliças. Na hora de se comunicar com integrantes do setor produtivo, foi percebida a vantagem de se expressar diretamente, ou seja, sem intermediação (Entrevista, Cribb, 2020).

Desse modo, a comunicação direta e efetiva da língua portuguesa, ou seja, o idioma falado pelos membros e beneficiários do projeto facilitou a execução das atividades. Ademais, Cribb (2020) ressalta que no período de 2004 a 2016 integrou, como representante da Embrapa, diversos projetos de cooperação técnica em SAN no Haiti, onde a língua oficial é o francês e o crioulo (língua local). O pesquisador destacou a importância da língua a partir de sua própria experiência, uma vez que é haitiano de origem e, por tal razão, não encontrou dificuldades na execução dos projetos. No entanto, seus colegas (a equipe do projeto) enfrentaram dificuldades

²¹ Murillo Freire Junior é pesquisador doutor da Embrapa e participou da instalação de uma Unidade de Agroprocessamento de Frutas e Hortaliças em Moçambique (Maputo; Umbeluze; Moamba e outras localidades próximas da capital), em parceria com o IIAM (Instituto de Investigação Agrícola de Moçambique), financiado parcialmente pela USAID (Agência Americana de Desenvolvimento) e pela Embrapa, no período compreendido entre fevereiro de 2011 a setembro de 2015.

²² André Yves Cribb é pesquisador doutor da Embrapa e participou como membro do grupo Socioeconômico da Embrapa, no projeto de cooperação técnica intitulado “Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique”, executado com participação direta e ativa do IIAM, no período de 2010 a 2015. Esse projeto teve como objetivo fortalecer a capacidade do IIAM, por meio de projetos de validação e transferência de tecnologias e apoio aos sistemas de produção e processamentos de hortaliças, em meio a um ambiente de expansão da segurança alimentar e nutricional de Moçambique.

de comunicação para transmissão das informações por não falarem os idiomas locais (Entrevista, Cribb, 2020).

Similarmente, Resende²³ (2020) enfatizou a necessidade de técnicos ou tradutores para uma melhor comunicação com os agricultores locais em função dos dialetos falados por eles. “Em Moçambique apesar da existência dos dialetos, a língua portuguesa é bastante utilizada e quase todos os agricultores, no mínimo entendem o português. Com isso conseguimos fazer um trabalho bastante direcionado e exitoso com os agricultores daquele país” (Entrevista, Resende, 2020).

Essa visão também foi compartilhada por Leite²⁴ (2020), que coordenou três projetos em Moçambique: a Plataforma (cujo objetivo era fortalecer os Sistemas de Inovação Agropecuário de Moçambique), o ProAlimentos (que teve como objetivo geral fortalecer a produção de hortaliças dos pequenos produtores) e o ProSavana – PI (Projeto de Investigação) que buscou melhorar a capacidade de pesquisa e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala. Segundo Leite (2020), o idioma português favoreceu a implementação dos projetos, na assimilação dos conhecimentos e informações, abrindo um leque para a diversificação da equipe técnica brasileira na condução de projetos autóctones, mas também na capacitação dos moçambicanos no Brasil (Entrevista, Leite, 2020).

Em suma, os PALOP se tornaram os principais beneficiários da cooperação técnica brasileira, especialmente no campo da segurança alimentar, conforme se pode observar no quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Quantitativo de acordos de cooperação técnica brasileira com os PALOP

LULA (2003-2010)		
Ano	Nº de acordos	Países
2003	30	Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe.
2004	11	Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2005	17	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2006	7	Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau.
2007	39	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2008	29	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2009	17	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2010	41	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
Total	191 acordos	

²³ Francisco Vilela Resende é pesquisador/doutor de Sistemas de Produção da Embrapa, e participou de projetos de cooperação técnica com vários países africanos, especialmente em Moçambique entre 2010 a 2015, com a finalidade de introduzir tecnologias para a produção de hortaliças e de cultivares adaptadas às regiões tropicais.

²⁴ José Luiz Bellini Leite é pesquisador sênior da Embrapa e coordenou o Programa de Transferência de Tecnologia da Embrapa em Moçambique, entre 2010 a 2015, em parceria com o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID – sigla em inglês) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA – sigla em inglês).

DILMA (2011-2016)		
2011	15	Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2012	9	Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2013	2	Moçambique.
2014	1	Angola.
2015	9	Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
2016	2	Cabo Verde.
Total	38 acordos	

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do site Plataforma Concórdia (2020)²⁵.

Nesse íterim, os principais pilares da política externa brasileira para os PALOP se concentraram nas ações cooperativas da administração pública, formação de recursos humanos, educação, agricultura e agropecuária.

CONCLUSÃO

O presente estudo trabalhou com a análise da cooperação técnica brasileira para os PALOP na área da segurança alimentar, buscando observar os fatores que influenciaram uma maior incidência de cooperação técnica entre o Brasil e esses países lusófonos. Nesse contexto, a cooperação técnica brasileira foi discutida como um instrumento de política externa, mas também como uma estratégia de transferência de política pública bem-sucedida para os países em desenvolvimento com realidades históricas e socioeconômicas semelhantes, a exemplo dos países africanos.

Para tanto, trouxe-se a cena analítica a estratégia de cooperação Sul-Sul como instrumento de política externa, nesse caso, o campo de atuação do Brasil na promoção de suas capacidades técnicas em diversas áreas com outros países em desenvolvimento. Nesse contexto, a cooperação Sul-Sul serviu como uma alternativa de inserção internacional aos países do Sul, sobretudo aos interesses políticos e econômicos brasileiros nos âmbitos bilaterais, regionais e multilaterais. Dentro desse escopo, a política externa brasileira buscou diversificar seus parceiros enfatizando suas relações cooperativas com os países africanos e, nessa região, uma atenção especial em direção aos PALOP.

Com a promoção de sua cooperação técnica, o Brasil se coloca em uma posição de importância em seus acordos com países do Sul Global. Estar à frente da cooperação alimentar com os PALOP abrange o escopo de suas temáticas e afirma o país como potência agrícola. O papel dos PALOP vai além de buscar de garantir a sua segurança alimentar, mas construir uma ligação sólida com o Brasil, mostrando a complexidade dos acordos desde a década de 2000.

²⁵ <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TituloAcordo=%C3%81frica&page=5&tipoPesquisa=1>. Acessado em: 20 jun. 2020.

A partir da análise geral do contexto da segurança alimentar dos PALOP e a influência das políticas públicas do Brasil nesse território africano, assevera-se que esse conjunto de países ofereceu um ambiente atrativo para o desenvolvimento das políticas brasileiras de segurança alimentar, não apenas por questões históricas, mas principalmente por semelhanças sociais, por melhorias na qualidade nutricional e nas técnicas de cultivo agrícola. Outro dado que contribuiu para esse frutífero intercâmbio foi uma melhoria nos índices socioeconômicos, como um todo, na população dos PALOP, apesar dos desafios e constrangimentos enfrentados individualmente por esses países lusófonos.

Em Angola, por exemplo, percebeu-se um ambiente fértil e abundante em recursos naturais, favorecendo o país angolano no plano de desenvolvimento agrícola. Dentro desse plano, vários programas foram desenvolvidos para fomentar a agricultura familiar no país, o que favoreceu o desenvolvimento empregatício no meio rural. Nesse aspecto, o governo angolano buscou estabelecer cooperação com a Embrapa com a finalidade de transferir *expertise* brasileira para inovar a agricultura do país, a partir da implantação de tecnologias tropicais brasileiras.

Em Moçambique, a partir dos anos 2000 foi implementado o Programa Embrapa-ABC para o fortalecimento do setor agropecuário moçambicano por meio de várias iniciativas para inovação agrária no país. Dentro desse escopo, destacam-se o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique, também conhecido como Corredor Verde de Maputo, e o Prosavana. Esses projetos foram implementados para fortalecer os pequenos produtores de hortaliças e o aprimoramento das técnicas de cultivo. Esses projetos foram desenvolvidos com base na experiência brasileira de preservação do cerrado do país, cuja vegetação é semelhante às savanas africanas. Vale ressaltar que o Prosavana é o maior e mais importante projeto de cooperação entre o Brasil e Moçambique, tendo como público alvo os pequenos agricultores, que gradativamente seriam incorporados às cadeias do agronegócio. Porém, esse projeto é passível de muitas críticas, tanto no plano das questões positivas quanto negativas, envolvendo-se vários fatores, desde a problemática da distribuição de renda até a presença de empresas brasileiras na exploração de *commodities* para exportação.

Em Cabo Verde, o governo adotou várias ações para garantir a segurança alimentar no país, destacando-se a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar entre 2002-2015. Por meio dessa ação foi possível implantar no país uma instância superior especializada em desenvolver políticas de segurança alimentar, o que favoreceu a uma diminuição nas taxas de desnutrição infantil em Cabo Verde. A cooperação entre o Brasil e Cabo Verde teve por base a transferência de experiência e tecnologia brasileira, com destaque para o Programa Nacional de Cantinas Escolares de Cabo Verde, que se espelhou no programa brasileiro PNAE, como modelo a ser implementado no país. Esse projeto se tornou atrativo aos interesses cabo-verdianos, em função das semelhanças geográficas, socioeconômicas, mas também devido os princípios e diretrizes instituídas pelo modelo brasileiro, ou seja, descentralização das responsabilidades no sentido de que a sociedade civil também atuaria no controle e na fiscalização dessas políticas públicas. Além disso, o Brasil forneceu assistência técnica em várias instâncias para implementação dessas políticas em Cabo Verde e no intercâmbio e incorporação de ex-alunos cabo-verdianos, que ao

regressarem das instituições brasileiras passaram a assumir cargos em organismos caboverdianos.

Em Guiné-Bissau, com a saída do PMA, em 2011, do projeto de cantinas escolares, o Brasil passou a atuar nesse projeto como parceiro com base nos produtos locais. Mas devido aos problemas econômicos e políticos internos, a parceria com o Brasil não se concretizou. No entanto, o governo guineense continuou enviando seus técnicos ao Brasil para adquirirem conhecimento no Centro de Excelência brasileiro, com estimativas para o estabelecimento de um novo acordo, a depender da estabilidade política na Guiné-Bissau.

No campo da cooperação com o Brasil, o governo santomense estabeleceu vinte e um acordos de cooperação técnica com o Estado brasileiro no campo da agricultura, entre 2003 a 2010. O projeto de destaque nessa relação cooperativa foi a Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar - fase II. Esse projeto serviu de guarda-chuva para outras iniciativas que fomentaram a agricultura familiar e a produção de alimentos escolares nas ilhas de São Tomé e Príncipe, a exemplo do PRONER e do projeto de Implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe. Na segunda fase do projeto de alimentação escolar santomense, a instituição brasileira Emater-MG assessorou os agricultores locais na capacitação para o associativismo. Outro fator importante observado na cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe foi o aumento das exportações brasileiras para esse Estado africano no período supracitado, sobretudo em produtos alimentícios como o açúcar, o café e a farinha.

Diante desses fatores, considera-se que a cooperação técnica brasileira tem o papel de transferir tecnologias agrícolas e *expertise* para fortalecer a agricultura dos países receptores, levando em consideração as particularidades de cada um. Para além disso, os acordos suscitaram as necessidades dos países e como as cooperações podem ser benéficas para todos os envolvidos. Isto porque coloca em evidência o interesse de todos em ganhar visibilidade quanto a *players* importantes na questão alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdenur, A. E.; Rampini, J. M. (2015) "A cooperação brasileira para o desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma visão comparada" In: Cultura Acadêmica, 2015.

Albuquerque, F. L. (2013). *Atores e agendas da política externa brasileira para a África e a instrumentalização da cooperação em segurança alimentar (2003-2010)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Alden, C.; ARAN, A. (2017). *Foreign Policy Analysis: new approaches*. New York: Routledge.

Almino, J.; Lima, S. E. M. (2017). *30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: FUNAG.

- Ayllón, B. (2012). 'Contribuciones de Brasil al desarrollo internacional: coaliciones emergentes y cooperación sur-sur'. Revista CIDOB d'afers internacionals, 97(98), p.189- 204.
- Campos, L. V. (2015). *Cooperação Sul-Sul: o Brasil e os PALOP*. Trabalho conferido à unidade curricular Espaço Lusófono. Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Caisan (2013). Subsídio da CAISAN para a discussão sobre "Cooperação Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional" na XIII Plenária do CONSEA. Documento elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (CAISAN). Dezembro de 2013.
- Chediek, J. (2017). O papel do Brasil na cooperação Sul-Sul: um estudo analítico e histórico. In: ALMINO, João; SÉRGIO, Eduardo Moreira. '30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira'. Brasília: FUNAG, 2017.
- Clements, E. A.; Fernandes, B. M. (2013). "Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique". *Revista Observador Rural*, n. 6, 2013.
- COBRADI – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2013). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação, 2ª ed. rev. Brasília: Ipea; ABC.
- Cribb, A. Y. (2020). 'Chefe adjunto para Transferência de Tecnologia'. EMBRAPA. Entrevista realizada via e-mail.
- Dias, I. M. T. (2018). *O Brasil como promotor do desenvolvimento e a cooperação em segurança alimentar e nutricional na CPLP: atores e dinâmicas da transferência de políticas*. Tese de doutorado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais.
- Embrapa. (2006). "Guiné-Bissau busca ampliar cooperação com a Embrapa". Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17992702/guine-bissau-busca-ampliar-cooperacao-com-a-embrapa>. [Acesso em: 23 nov. 2019].
- Embrapa. (2009). Palestra sobre inovação em Angola. 2009. Disponível em: <https://www.embrapa.br/web/portal/busca-de-noticias/-/noticia/18047522/palestra-sobre-inovacao-em-angola> [Acesso em: 20 set. 2018].
- Esteves, P.; da Fonseca, J. M.; Gomes, G. Z. (2015). 'Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview'. *BPC Papers*, v.2.
- Esteves et. al. (2011). *Os BRICS e a Agenda de Saúde Global*. BRICS Policy Center – Policy Brief. Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia.
- FNDE. (2019). 'PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar'. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. [Acesso em: 20 nov. 2019].
- Freire Junior, M. (2020). 'Chefe sênior adjunto para Pesquisa e Desenvolvimento'. EMBRAPA. Entrevista realizada via e-mail.

Garcia, A; Kato, K (2016). 'Políticas públicas e interesses privados: uma análise a partir do Corredor de Nacala em Moçambique'. *Caderno CRH*, 29(76), p. 69-86.

Ipea; ABC. (2016). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2011-2013)*. Brasília: Ipea: ABC.

Klug, I. L. F. (2010). *Brasil e a insegurança ao desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional na CPLP*. 72 f. Monografia (Especialização em Relações internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

Lechini, G.; Glaccaglia, C. (2016). *Poderes emergentes y cooperación Sur-Sur: perspectivas desde el Sur Global*. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.

Leite, I. C. et. al. (2014). *Brazil's engagement in international development cooperation: the state of the debate*. England: Institute of Development Studies.

Leite, J. L. B. (2012). 'A experiência da Embrapa na África'. *Pontes*, 8(6). Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-experi%C3%Aancia-da-embrapa-na-%C3%A1frica>. [Acesso em 20 nov. 2019].

Leite, J. L. B. (2020). 'Chefe adjunto para Pesquisa e Desenvolvimento'. EMBRAPA. Entrevista realizada via e-mail.

Martins, S. (2015). *Cabo Verde e Brasil – por uma agenda de cooperação Sul-Sul*. CERESAN/OXFAM.

Mendonça Júnior, W.M.; Faria, C. A. P. (2015). 'A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010)'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 58(1), p. 5-22.

Milani, C. R. S. (2017). *ABC 30 anos: história e desafios futuros*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação.

Milani, C. R. S.; Carvalho, Tassia C. O. (2013). Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Revista Estudos Internacionais*, 1(1), p. 11-35.

Ministério da Agricultura. (2008). 'Embrapa faz parceria para ajudar Angola'. *Canal Rural*. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/embrapa-faz-parceria-para-ajudar-angola-50094/?uol=1>. [Acessado em 10 abr. 2017].

MRE (2012). 'Segurança Alimentar e Nutricional. Balanço de Política Externa (2003-2010)'. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.6-seguranca-alimentar-e-nutricional/view>. [Acesso em: 20 out. 2012].

Miyamoto, S. (2011). 'A política externa brasileira para África no início do novo século: interesses e motivações'. *XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, agosto.

Oliveira, H. A (2005). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva.

ONU. (2022). 'Agências da ONU lançam relatório global sobre segurança alimentar e nutrição'. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188877-agencias-da-onu-lancam-relatorio-global-sobre-seguranca-alimentar-e-nutricao>. [Acesso em 26 ago. 2022].

Pinheiro, L.; Milani, C. R. S. (2011). *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Brasil: FGV.

Pinho, C. E. S. (2014). 'Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: as relações Brasil-África na promoção de políticas públicas (2003-2012)'. *Observador On-Line*, 9(2).

Pino, B. A. (2014). "América Latina na cooperação internacional para o desenvolvimento". In: SOUZA, André de Melo (Org.). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: Ipea.

Puente, C. A. I. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Resende, F. V. (2020). 'Chefe adjunto para Pesquisa e Desenvolvimento'. EMBRAPA. Entrevista realizada via e-mail.

Rizzi, K. R. (2012). *O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Rizzi, K. R. (2016). 'Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015)'. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(1), p. 143-167.

Santarelli, M. (2015). *Cooperação Sul-Sul brasileira: a experiência do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Moçambique*. Brasil: Actionaid.

Santos, R. de F.; Cerqueira, M. R. (2015). "Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 22(1).

Saraiva, J. F. S. (2008). *História das Relações Internacionais Contemporâneas. Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2ª ed. 2008.

Silva, M. M. S. (2010). "Como chegamos até aqui? Os Caminhos da Cooperação Sul-Sul". *Cooperação Sul-Sul. O Mesmo Jogo de Sempre ou um Novo Paradigma? Poverty in Focus*. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Grupo de Pobreza. Escritório de Políticas para o Desenvolvimento do PNUD. n. 20.

Souza, A. de M. (Org.). (2014). *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: Ipea.

Stuenkel, O. (2016). "Brazil and R2P: A case of agency and norm entrepreneurship in the Global South". *International Relations*, 30(3), p. 375-390.

Tomazini, R. C. (2017). Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. *Revista Carta Internacional*, 12(1)1, p. 28-48.

Valente *et al.* (2015). 'O papel da Embrapa na cooperação técnica internacional para o desenvolvimento sustentável da África subsaariana'. In: OTERO, Manuel Rodolfo, *et. al.* Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável: desafios da cooperação técnica internacional. Brasília: IICA.

Vieira, L. H. (2009). 'Embrapa África'. *Revista A Granja*. Disponível em: <https://edcentaurus.com.br/agranja/edicao/732/materia/2541>. [Acesso em: 20 abr. 2017].